

MAYRA REIS FELIPE

**QUESTÕES DE GÊNERO NA INTERNET: O *FACEBOOK* COMO
ESPAÇO DE (RE) PRODUÇÃO DE BINARISMOS DE GÊNERO**

BELO HORIZONTE
2016

MAYRA REIS FELIPE

**QUESTÕES DE GÊNERO NA INTERNET: O *FACEBOOK* COMO
ESPAÇO DE (RE) PRODUÇÃO DE BINARISMOS DE GÊNERO**

Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Gênero e Diversidade
na Escola como requisito parcial para a
obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Érica Renata de Souza

BELO HORIZONTE
2016

Felipe, Mayra Reis.

Questões de gênero na internet: o *Facebook* como espaço de (re) produção de binarismos de gênero. Especialização em Gênero e Diversidade na Escola / Mayra Reis Felipe. – 2016 – 40f.

Orientador (a): Érica Renata de Souza

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista.

1. Gênero e Diversidade na Escola I. Souza, Érica. II. Universidade Federal de Minas Gerais.

TERMO DE APROVAÇÃO

Monografia intitulada **Questões de gênero na internet: o *Facebook* como espaço de (re) produção de binarismos de gênero**, de autoria de Mayra Reis Felipe, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Érica Renata de Souza (orientadora)

Anna Paula Vencato

Roberto Reis

Belo Horizonte, __ de _____ de 2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e as oportunidades que a cada dia recebemos. À minha mãe pelo incentivo e força. À minha avó, pelas palavras sábias nas horas de dificuldade. Ao meu pai, que mesmo ausente sempre me levava a acreditar e lutar pelos meus objetivos. Aos colegas, à coordenação e aos professores do curso Gênero e Diversidade na Escola oferecido pela Universidade Federal de Minas Gerais. Gratidão especial à tutora Juliana Diniz, à tutora Sara Deolinda Pimenta e a professora orientadora Érica Renata de Souza.

“A gente não nasce mulher, torna-se mulher. “

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

A internet possibilita o acesso a informações, a venda e a troca de produtos, o diálogo entre povos de diferentes culturas e a aproximação das pessoas, contudo, permite também a normatização de crenças e comportamentos relacionados a ideais de beleza, vivências e outros estereótipos reforçados pela mídia. Várias são as possibilidades construídas e desconstruídas dentro dos ciberespaços o que evocam comportamentos fora desse contexto. Política, economia, cultura, música, esportes e tantos outros assuntos são difundidos a partir desse universo em rede. Assim, questionamentos acerca das relações de gênero também perpassam esse universo e ganham atualmente grandes destaques. Diante das transformações políticas, econômicas e socioculturais que estão acontecendo na contemporaneidade torna-se relevante a prática de ações reflexivas e dialógicas dentro e fora do contexto escolar. Nesta perspectiva, este trabalho busca possibilitar reflexões quanto aos binarismos de gênero produzidos e reproduzidos no *Facebook*; permitindo assim problematizações quanto a importância e abrangência dessa rede social para mobilizações e reflexões quanto as normas de gênero estabelecidas em nossa sociedade, bem como reconhecer esse espaço social como um campo de discussões, de novos modos de pensar e repensar as questões de gênero.

Palavras-chave: binarismos de gênero – *facebook* – internet

ABSTRACT

The Internet provides access to information, sale and exchange of products, dialogue between people of different cultures and bringing people together, but also allows the standardization of beliefs and behaviors related to ideals of beauty, experiences and other stereotypes reinforced by media. There are several built and deconstructed possibilities within the cyberspace which evoke behaviors outside that context. Politics, economy, culture, music, sports and many other subjects are broadcast from that networked universe. Thus, questions about gender relations also pervade the universe and currently earn the highlights. In the face of political, economic and socio-cultural changes that are taking place in contemporary society becomes relevant the practice of reflexive and dialogic actions inside and outside of school. In this perspective, this paper seeks to enable reflections as those produced gender binaries and played on Facebook, allowing problematizations as the importance and scope of this social network to mobilizations and reflections as gender norms established in our society.

Keywords: gender binaries - *facebook* – Internet

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – IMAGEM ILUSTRATIVA DO <i>POST</i> DA PÁGINA 3.....	32
---	----

SUMÁRIO

Introdução	11
1. Feminismo	13
1.1 Breve histórico do Feminismo.....	14
2. Gênero	18
2.1 Corpo, sexo e gênero.....	21
2.2 Questões de gênero na contemporaneidade.....	24
3. Gênero na internet	26
3.1 O <i>Facebook</i> como espaço de (re) produção de binarismos de gênero.....	28
4. Considerações Finais	37
5. Referências	39

1. Introdução

O interesse em pesquisar as questões de gênero na internet e analisar a produção e reprodução dos binarismos de gênero no *Facebook* surgiu a partir das discussões fomentadas nos encontros presenciais e virtuais do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, financiado pelo Ministério da Educação e ofertado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Oferecido na modalidade semipresencial, o GDE foi ofertado aos profissionais da educação básica da rede pública de ensino de Minas Gerais, tendo por objetivo fomentar a capacidade crítica e emancipatória dos cursistas de compreenderem e se posicionarem diante das transformações políticas, econômicas e socioculturais.

As discussões promovidas nesse curso oportunizaram o compartilhamento de experiências, de saberes e muitas angústias. Muitos professores cursistas apresentavam as mesmas angústias e dificuldades quanto ao fazer pedagógico. Apontavam as questões de se trabalhar a sexualidade e as relações de gênero na escola como mais um dos desafios do ensino escolar. O curso trouxe grandes contribuições, motivou reflexões sobre nossa atuação em sala de aula, sobre nossas experiências pessoais e vivências em sociedade.

O GDE não nos trouxe uma resposta ou uma receita pronta, todavia, mostrou a necessidade de refletirmos mais sobre nossa atuação docente, problematizarmos as formas de produção e reprodução de práticas preconceituosas em sala de aula e analisarmos as relações sociais construídas dentro e fora do espaço escolar. Nosso aluno está na escola, mas também nas ruas, nas praças, igrejas, clubes, festas, nas redes sociais, ou seja, em sociedade. Precisamos compreendê-lo em sua totalidade e sempre que possível fomentar em sala de aula ações reflexivas que possibilitem o seu posicionamento como sujeito.

Nos últimos anos, novos processos de comunicação e interação foram possibilitados pela tecnologia. Assim como a televisão, a telefonia e a internet contribuíram muito para grandes transformações em nossa sociedade, fazemos parte hoje de uma sociedade em rede, onde a maioria das pessoas vivem conectadas, produzindo e reproduzindo informações, aprendendo, ensinando, fazendo amizades, descobrindo e redescobrimo o mundo. E é claro que nossos alunos fazem parte desse mundo de conexões e estão cada vez mais envolvidos com as possibilidades que a tecnologia viabiliza.

Seduzidos com o acesso rápido a informações, com os jogos, com as viagens pelo mundo via celular ou computador, nossos jovens não são mais os jovens de vinte anos atrás. Assim, nós professores devemos refletir o quanto esses suportes de comunicação são

importantes e abrangentes na formação de nossos alunos. Enquanto educadores, torna-se relevante verificarmos formas de se utilizar a internet, a telefonia móvel, a televisão, bem como outras tecnologias como ferramentas de mobilização e problematização das transformações sociais e não apenas como recursos para informatização das aulas.

Sabemos que a internet possibilita o acesso rápido a informações, a venda e a troca de produtos, o diálogo entre povos de diferentes culturas e a aproximação das pessoas, ademais pode possibilitar também a normatização de crenças e ações, a fim de levar-nos a crer em modelos ideais de comportamento, beleza, vivências e outros estereótipos reforçados pela mídia. Assim, as questões de gênero surgem nesse contexto e corroboram os ideais normativos que sustentam o imaginário de nossa sociedade.

Várias são as possibilidades construídas e desconstruídas dentro dos ciberespaços, o que evoca comportamentos fora desse contexto. Política, economia, cultura, música, esportes e tantos outros assuntos são difundidos a partir desse universo em rede. Assim, questionamentos acerca das relações de gênero também perpassam esse universo e ganham atualmente grandes destaques, chegando às salas de aulas, o que faz com que professores contemporâneos “aprendam” a refinar suas escutas a fim de compreender e discutir essa temática em suas atividades docentes.

Diante das transformações políticas, econômicas e socioculturais que estão acontecendo na contemporaneidade, torna-se relevante a prática de ações reflexivas e dialógicas dentro e fora do contexto escolar. Nesta perspectiva, este trabalho busca possibilitar reflexões quanto aos binarismos de gênero produzidos e reproduzidos no *Facebook*, permitindo assim problematizações quanto à importância e abrangência dessa rede social para mobilizações e reflexões quanto as normas de gênero estabelecidas em nossa sociedade, bem como o reconhecimento desse espaço social como um campo de discussões, de novos modos de pensar e repensar as questões de gênero.

Nesse sentido, esse trabalho se propõe enquanto uma pesquisa bibliográfica e teórica que também se utiliza de exemplos de *posts* coletados em três páginas do *Facebook* que se autodenominam feministas, bem como da minha observação dessas páginas por dois meses.

1. Feminismo

O Feminismo é um movimento que produz sua própria teoria e reflexão crítica. É conhecido a partir das suas próprias ações e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise. (PINTO, 2010). “Em sentido amplo, feminismo ou feministas designam aqueles e aquelas que se pronunciam e lutam pela igualdade dos sexos.” (PERROT, 2015, p.154)

O movimento “questiona os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado”. (ALVAREZ, 1990, p.23 APUD COSTA, 2005, p.11) O feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento, “superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo”. (ALVES, 1981, p.8)

Surge a partir das vivências de opressão e desigualdade das mulheres na sociedade e da indignação dessas mulheres para a transformação dessa realidade. Luta contra um sistema sexual que se objetiva e materializa nos âmbitos da sociedade onde mulheres se encontram em situação de menor poder que os homens e contra um conjunto de dispositivos que interferem na sociedade, com finalidade de manter o patriarcado. (MAYORGA, 2008).

O feminismo também busca “repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “masculinas” ou “femininas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade”. (ALVES, 1981, p.8)

Não podemos falar de um só feminismo, uma vez que “pessoas com diferentes filiações político-ideológicas são partidárias de distintos feminismos”. (SAFFIOTI, 1998, p.112). Não é somente um movimento organizado, “pode ser compreendido em todas as esferas em que mulheres buscam recriar as relações interpessoais sob um prisma onde o *feminino* não seja o menos desvalorizado”. (ALVES, 1981, p.8)

É possível identificar distintos enfoques da questão feminina: o primeiro deles, o *Conservadorismo*, identifica o sexismo como desigualdade natural, já que naturaliza os processos sociais. Nesta corrente de pensamento, as mulheres são de forma natural inferiores aos homens. O segundo enfoque é o *Liberalismo*, que tem como pensamentos fundamentais a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Para esta corrente, uma forma de acabar com a inferioridade da mulher é oferecer-lhe oportunidades de trabalho. Esta corrente foi muito importante na luta pela conquista do voto feminino. (SAFFIOTI, 1998)

O terceiro enfoque traz o *Marxismo dogmático* que é caracterizado por reconhecer que a solução dos problemas está “na destruição da divisão da sociedade em classes sociais, ou seja, com a implantação do socialismo”. (SAFFIOTI, 1998, p. 114)

No quarto enfoque, *o Feminismo Radical*, há uma intolerância quanto a não aceitação das diferenças sexuais definidas pela Biologia. Há também um desejo de autonomia total das mulheres em relação aos homens. Feministas radicais vão se opor as ideias do Liberalismo, por não acreditarem que os pensamentos fundamentais de liberdade, igualdade e fraternidade venham oferecer visibilidade e autonomia às mulheres. A diferença desse enfoque em relação aos outros é que o Feminismo Radical é uma perspectiva que tenta eliminar o patriarcado a todo custo, destruindo a hegemonia masculina. “Essa postura não é feminista, mas profundamente sexista. Efetivamente, e tão sexista quanto o machismo”. (SAFFIOTI, 1998, p. 114)

Radicais e liberais também se diferenciam pelo fato de, enquanto as últimas afirmam a igualdade entre os gêneros, a ênfase das primeiras está na diferença, e na necessidade de valorização das características e experiências femininas, tradicionalmente inferiorizadas em sociedades patriarcais. [...] Enquanto feministas liberais buscam oportunidades iguais para mulheres ascenderem a situações de privilégio definidos pela masculinidade, feministas radicais priorizam a autonomia e a liberação das mulheres em relação a normas masculinistas e heteronormativas - ou seja, desafiam o poder do gênero dentro do Estado e do sistema interestatal. A seu ver, no controle dos homens sobre o corpo das mulheres está a raiz da situação de opressão e desprivilégio. Tanto o controle ideológico (por meio de leis, como as que organizam o casamento) quanto prático (pela violência doméstica e sexual) sobre as mulheres seriam expressões de princípios masculinistas que dependem da e sustentam a inferiorização do feminino, enquanto valorizam o masculino e garantem aos homens melhores lugares na sociedade. (MONTE, 2013, p.72)

O quinto enfoque, *o Feminismo socialista*, “jamais isola a questão do patriarcado do problema das classes sociais, há sempre a intenção de não negligenciar os antagonismos fundamentais que respondem pela opressão de mulheres, minorias étnicas e pobres”. (SAFFIOTI, 1998, p.115)

Ao afirmar que o sexo é político, pois contém ele relações de poder, o feminismo rompe com os modelos políticos tradicionais, que atribuem uma neutralidade ao espaço individual e que definem como política unicamente a esfera pública, “objetiva”. Dessa forma, o discurso feminista, ao apontar para o caráter também subjetivo da opressão, e para os aspectos emocionais da consciência, revela os laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública. (ALVES, 1981, p.8)

1.1 Breve histórico do Feminismo

Como um movimento social organizado, o feminismo, surgiu no século XIX, no Ocidente. A primeira das ações do movimento surgiu na Inglaterra, onde grupos de mulheres

organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles foi o direito ao voto. (PINTO, 2010) “Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres”. (BUTLER, 2013, p. 18)

O feminismo, enquanto movimento social, é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. Nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista. (COSTA, 2005, p. 10)

Na virada do século XIX as manifestações contra as discriminações femininas adquiriram visibilidade e uma grande expressividade, culminando o chamado *sufragismo*, movimento criado para mobilização do direito ao voto às mulheres. (LOURO, 1997)

Com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a "primeira onda" do feminismo. Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação no movimento. (LOURO, 1997, p.15)

Muitas manifestações aconteceram durante o período do sufragismo, resultando em prisões e em greves de fome. Após tantas manifestações e movimentos das *sufragetes*, como foram chamadas as mulheres que participaram dessas mobilizações, o direito ao voto passa a ser reconhecido às mulheres no Reino Unido em 1918. No Brasil, a primeira onda do feminismo também se mobilizou em torno da luta pelo direito ao voto, direito que aqui foi conquistado em 1932 e promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (PINTO, 2010)

O feminismo da primeira onda perdeu forças a partir da década de 30 e ressurgiu na década de 60 quando passou a se voltar para as discussões e elaborações mais teóricas, período que passa a ser reconhecido como movimento da “segunda onda”. Em 1949, surge *O segundo sexo*, livro que marcaria essa nova onda do feminismo. A autora, Simone de Beauvoir propõe uma reflexão feminista ao analisar em sua obra as condições de inferioridade da mulher. A partir daí começa a ser problematizado o que posteriormente se configurou como o conceito de gênero. (PINTO, 2010)

Simone de Beauvoir estuda a fundo o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos que ela sofre durante o período de sua socialização, condicionamentos que, ao invés de integrá-la a seu sexo, tornam-na alienada, posto que é treinada para ser mero apêndice do homem. Para a autora, em nossa cultura é o homem que se afirma através de sua identificação com o seu

sexo, e esta autoafirmação, que o transforma em sujeito, é feita sobre a sua oposição com o sexo feminino, transformado em objeto, e visto através do sujeito. (ALVES, 1981, p.52)

A segunda onda foi marcada pela ampliação das lutas por direitos, estendendo ao campo social, período em que feministas se organizaram em movimentos sociais e levaram às Universidades e escolas questões que as mobilizavam. (LOURO, 1997)

Durante a década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias. (PINTO, 2010, p.16)

No Brasil, as primeiras manifestações feministas aconteceram na década de 70. Viviam-se o regime militar e as manifestações de feministas não eram bem vistas o que dificultou o progresso das mobilizações neste período. Somente a partir de 80, com a abertura democrática, os movimentos feministas no Brasil surgem de forma mais efetiva em defesa aos direitos das mulheres. (PINTO, 2010)

A partir da década de 80, temas relacionados “a violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais” passam a ser discutidos e reivindicados pelos movimentos. (PINTO, 2010, p. 17)

Muitas foram as vitórias do feminismo brasileiro, dentre elas a criação Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que permitiu a inclusão de direitos à mulher na Constituição, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, as Delegacias Especiais da Mulher, e a Lei Maria da Penha (Lei n. 11 340, de 7 de agosto de 2006), que criou maneiras para reduzir a violência contra as mulheres em nosso país. (PINTO, 2010)

O movimento feminista que temos hoje mudou muito. “O feminismo brasileiro vem mudando a cada dia, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas”. (COSTA, 2005, p.9)

No início dos anos 1990, se multiplicaram as várias modalidades de organizações e identidades feministas. As mulheres pobres articuladas nos bairros através das associações de moradores, as operárias através dos departamentos femininos de seus sindicatos e centrais sindicais, as

trabalhadoras rurais através de suas várias organizações começaram a auto identificar-se com o feminismo, o chamado feminismo popular. As organizações feministas de mulheres negras seguem crescendo e ampliando a agenda política feminista e os parâmetros da própria luta feminista. “[...] a existência de muitos feminismos era amplamente reconhecida, assim como a diversidade de pontos de vista, enfoques, formas organizativas e prioridades estratégicas feministas nos anos noventa.” (ALVAREZ, 1994, p. 278 APUD COSTA, 2005, p.19)

2. Gênero

Gênero é um conceito que nasce a partir das discussões do movimento feminista. Os movimentos feministas trouxeram grandes contribuições para a nossa sociedade, contudo, colocaram em discussão valores culturais, tais como o rompimento dos modos de ser e viver da mulher em nossa sociedade e os questionamentos acerca das marcas da diferença entre homens e mulheres. (MISKOLCI, 2010)

O conceito *gênero* também pode ser compreendido como uma categoria que serve para analisar as diferenças percebidas entre os sexos, portanto, uma categoria de análise das relações sociais. “A distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto ao sexo”. (BUTLER, 2013, p. 24). Nesta perspectiva, Scott (1995) na tentativa de conceituar o termo gênero, também afirma que:

o seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1995, p.75)

Scott (1994) ainda ressalta que gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais, contudo, mencionando Michel Foucault, acredita que esse saber não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo, uma vez que ele nasce de uma disputa política. Assim para a autora

(...) gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é "puro", não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos. A diferença sexual não é, portanto, a causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância - mas sim uma organização social variada que deve ser, ela própria, explicada. (SCOTT, 1994, p.13)

Como elemento constitutivo de relações sociais baseado nas formas de como a sociedade vê o homem e a mulher, o gênero permite a noção de *fixidade* e de opressão que leva a aparência de uma permanência externa na representação binária dos gêneros nas instituições e organizações sociais, tais como a família, a escola e as redes sociais. Nesta perspectiva, Miskolci (2010) ressalta que para a discussão de gênero faz-se necessário problematizar os discursos que fixam os modelos de masculinidade e feminilidade baseados em atributos decorrentes de características inatas.

A articulação de gênero com outros marcadores de diferença explicita o questionamento de identidade como fixa, una e imutável, de forma a pensar sua fluidez. Assim como temos uma construção social que diferencia, e muitas vezes hierarquiza, os sujeitos a partir de marcas corporais, é possível construir relações nas quais as diferenças corporais não signifiquem inferioridade, subalternidade, determinando as posições de sujeito. (MISKOLCI, 2010, p.54)

Torna-se relevante o reconhecimento de uma distinção entre sexo e gênero. A estabilidade do sexo binário, não implica a construção de “homens” condicionada exclusivamente a corpos masculinos, ou o termo “mulheres” a corpos femininos”. (BUTLER, 2013) Ao relacionar o conceito gênero a uma construção social, “pretende-se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico”. (LOURO, 1997, p.22)

Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino tanto um corpo masculino como um feminino. (BUTLER, 2013, p.p. 24 e 25)

Araújo (2011) afirma que para Butler, a formulação usual de gênero no qual estão fundados os atributos culturais que o constroem e em seu oposto o sexo, é uma marca preestabelecida sobre o qual o gênero opera. A temática do gênero para Butler não é abordada como verdade sexual, mas sim como políticas que determinam como homens e mulheres devem se apresentar em sociedade. O gênero para Butler são significados culturais assumidos pelo corpo sexuado. Assim quanto as “normas” determinadas pela sociedade quanto ao ser e agir dos sujeitos, Araújo afirma:

a norma do sujeito gendrado é a definição de uma identidade em oposição à outra, entre o “aceito” ou “não aceito”, entre o “normal” e o “anormal”. Desde o nascimento da pessoa é imposto: menino ou menina? O ultrassom resolve. Sendo menino, poderia até brincar de boneca, vestir calcinha, furar a orelha etc., mas, não. Os pais, avós, tios, primos, irmãos, a sociedade, enfim, não lhe dão permissão. Mas, vai se chamar, Mateus, Marcos, João, Ezequiel, Jeremias, Paulo, Jesus..., Deus? - Ninguém ousou! Usará roupinha azul, amarela, branca, rosa. Opa! Rosa!? Não!!! Rosa é de (MARIA, MARTA, ESTER,

APARECIDA, ASSUNÇÃO, AUXILIADORA, SARA...). A menina pode brincar de carrinho, desde que não perca a sua “feminilização”, mas, fica estabelecido que carrinho, bola, pipa, videogame são de menino, para convalidar a sua “masculinização”, e boneca, casinha, panelinha, batom, sapato de salto, o primeiro sutiã, estes são de menina. (ARAÚJO, 2011, p.36)

Araújo (2011) afirma que não existe uma natureza que defina identidade sexual e identidade de gênero, uma vez que ambas são construídas socialmente e são investidas dos mais diferentes poderes discursivos. Butler (2013) defende uma desconstrução das identidades de gênero que oprimem as singularidades humanas que não estão nas “normas” propostas pela matriz heterossexual. Louro (1997, p.25) afirma que “gênero institui a identidade do sujeito e refere-se, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o”.

A desconstrução da oposição binária igualdade/diferença é defendida por Scott (1988), uma vez que oculta a interdependência dos dois termos (a diferença não impede a igualdade e esta, por sua vez, não significa a eliminação da diferença). A igualdade reside na diferença, para Scott, e o discurso da diferença macho-fêmea oculta as inúmeras diferenças entre as mulheres (e entre os homens). A autora defende, portanto, a tese da diferença múltipla ao invés da diferença binária, entendendo que mulheres entre si diferenciam-se quanto à origem de classe, raça/etnia, geração, comportamento, caráter, desejo, subjetividade, sexualidade, experiência histórica. (TONELI, 2012, p.150)

Gênero pode ser também interpretado através das práticas de *Performatividade*. Esse conceito, criado por Judith Butler, diz respeito às práticas que reiteram os discursos produzidos em nossa sociedade e os efeitos que eles nomeiam. Falas do tipo “isso é coisa de menino”, “está parecendo um menino com essa roupa”, “esta atividade é masculina/feminina” corroboram a ideia de que as palavras agem e provocam questionamentos acerca do modo de ser e agir das pessoas. A construção dos corpos masculinos ou femininos é marcada pela linguagem, estabelecida nas relações de poder e na repetição de atos e gestos com a finalidade de naturalizar e reforçar os binarismos de gênero. (BUTLER, 2013)

Pode-se compreender gênero a partir da perspectiva de que o corpo e os sujeitos são construídos pela reiteração de normas através de processos identificatórios. Esses processos consistem em se afirmar o que se é, mas também o que se não é. Os sujeitos se constituem, logo, a partir de uma matriz excludente. (LOURO, 2000)

Ao conceito de gênero também pode-se atribuir um conjunto de dispositivos que contribuem para a criação das desigualdades de poder. “A gênero, cruzam-se também posições definidas por outros marcadores ou categorias de diferenciação que implicam variadas posições

de poder: geracionais ou etárias, marcadores raciais e também relativos à classe e a ascensão social”. (DEBERT & GREGORI, 2008, p.178)

2.1. Corpo, sexo e gênero

A forma contemporânea de sexualidade surgiu a partir do século XVII e foi marcada pelo controle exercido sob o corpo feminino, a formação de casais reprodutivos e a nomeação patológica à algumas formas de expressão da sexualidade. A ideia central desse período era a reprodução de famílias tradicionais, a importância dos valores embutidos nessas famílias e o diagnóstico de sujeitos que manifestassem algum “desvio” quanto sua sexualidade. Buscava-se a criação de sujeitos “normalizados” e para tanto utiliza-se de práticas discursivas voltadas para o controle de crianças e adultos em relação a sexualidade. (MISKOLCI, 2010)

Desde o século XVIII o sexo não cessou de provocar uma espécie de erotismo discursivo generalizado. E tais discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder contra ele, porém lá onde ele se exercia e como meio para seu exercício; criaram-se em todo canto incitações a falar; em toda parte, dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular. Desenfurnam-no e obrigam-no a uma existência discursiva. Do singular imperativo, que impõe a cada um fazer de sua sexualidade um discurso permanente aos múltiplos mecanismos que, na ordem da economia, da pedagogia, da medicina e da justiça, incitam, extraem, organizam e institucionalizam o discurso do sexo, foi imensa a prolixidade que nossa civilização exigiu e organizou. (FOUCAULT, 1988, p.34)

Desde a década de sessenta, questionamentos sobre a construção da identidade, das práticas sexuais e de gênero vêm ganhando destaque em nossa sociedade, discussões essas que foram provocadas pelo movimento feminista e outros movimentos que se identificavam com esses questionamentos como os movimentos de gays e de lésbicas. Hoje podemos observar novas identidades sociais emergindo e provocando problematizações e transformações sociais. (LOURO, 2000)

A palavra sexo, que deriva do latim *secare*, “cortar ou dividir”, no passado designava a clara divisão entre as categorias “naturais” macho e fêmea até que, nos fins do século XIX, forjou maneiras culturais e históricas de cindir a fluida afetividade humana no sistema binário hétero-homossexualidade. No presente, o sexo se apresenta no plural, pois a sexualidade não parece mais capaz de permitir classificações dualistas, claras ou definitivas. As identidades sexuais, que já pareceram tão sólidas, hoje se desmancham no ar. (MISKOLCI, 2010, p. 97)

Grandes transformações sociais surgiram na década de sessenta e influenciaram muito as formas de viver e construir as identidades de gênero e sexuais. Essas transformações afetaram direta e indiretamente a vida de todas as pessoas. A sexualidade passou a ser compreendida não apenas como uma questão pessoal, mas sim social e política, sendo assim construída, ao longo da vivência dos sujeitos. (LOURO, 2000)

As novas tecnologias reprodutivas, as possibilidades de transgredir categorias e fronteiras sexuais, as articulações corpo-máquina a cada dia desestabilizam antigas certezas; implodem noções tradicionais de tempo, de espaço, de "realidade"; subvertem as formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer. Jornais e revistas informam, agora, que um jovem casal decidiu congelar o embrião que havia gerado, no intuito de adiar o nascimento de seu filho para um momento em que disponha de melhores condições para criá-lo; contam que mulheres estão dispostas a abrigar o sêmen congelado de um artista famoso já morto; revelam a batalha judicial de indivíduos que, submetidos a um conjunto complexo de intervenções médicas e psicológicas, reclamam uma identidade civil feminina para completar o processo de transexualidade que empreenderam. Conectados pela Internet, sujeitos estabelecem relações amorosas que desprezam dimensões de espaço, de tempo, de gênero, de sexualidade e estabelecem jogos de identidade múltipla nos quais o anonimato e a troca de identidade são frequentemente utilizados (Kenway, 1998). Embaladas pela ameaça da AIDS e pelas possibilidades cibernéticas, práticas sexuais virtuais substituem ou complementam as práticas face-a-face. Por outro lado, adolescentes experimentam, mais cedo, a maternidade e a paternidade; uniões afetivas e sexuais estáveis entre sujeitos do mesmo sexo se tornam crescentemente visíveis e rotineiras; arranjos familiares se multiplicam e se modificam. (LOURO, 2000, p.8)

A compreensão da sexualidade como algo dado naturalmente foi questionada por Louro (2010), uma vez que para a autora sexualidade envolve muitos aspectos, tais como aspectos de linguagens, fantasias, representações e simbologias. É um processo construído culturalmente. Em relação aos corpos, afirma que os mesmos só ganham sentido socialmente e que a inscrição dos gêneros sempre é realizada no contexto de uma cultura. As formas de se expressar a sexualidade, desejos e prazeres também são socialmente estabelecidas. Desse modo, as identidades de gênero e sexuais são, definidas pelas relações sociais e organizadas pela sociedade. (LOURO, 2000)

As normalizações impostas por nossa sociedade corroboram a ideia de que: o masculino e o feminino são identidades de gênero que só podem ser entendidas levando em consideração a heterossexualidade. “O corte da sexualidade instaurou-se com a criação do binário hétero-homo, e sua manutenção revelou-se um processo contínuo de reiteração da norma heterossexual por meio da persistente recusa e da perseguição das relações entre pessoas do mesmo sexo”. (MISKOLCI, 2010, p.94).

Segundo Toneli (2012, p. 153-154) “a sexualidade pode ser compreendida como o eixo principal da identidade e do ser no mundo. Compreende todo um sistema de representações e autorrepresentações codificadas em normas, regras, paradigmas morais e modelos corpóreos.” Grande parte das pessoas em nossa sociedade reconhece como sujeitos incompletos ou defeituosos aqueles que não se encaixam nos padrões da heteronormatividade. (PÖTTKER, 2001)

A aparente naturalidade dos gêneros se dá pela sua constante reafirmação nos discursos. O binário ganha sua forma naturalizada ao impor silêncio sobre outras formas de vivência da sexualidade e do gênero e ao colocar em discurso somente uma (hetero) sexualidade tida como normal. (PÖTTKER, 2001, p.4)

É difícil separar a ideia de gênero das instâncias políticas e culturais, uma vez que “o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas”. (BUTLER, 2013, p.20)

Se levada em consideração a ideia de que gênero seja a reunião de significados culturais que um corpo sexuado assume, não seria possível dizer que a construção do conceito de gênero se dá a partir de um sexo. Nesta perspectiva, talvez o próprio construto *sexo* seja também construído culturalmente como o gênero, não havendo assim nenhuma distinção entre sexo e gênero. (BUTLER, 2013)

A sexualidade se constitui historicamente a partir de discursos sobre o sexo; discursos esses que normatizam e sugerem comportamentos. (FOUCAULT, 1988 apud LOURO, 2000) A definição de sexualidade como um dispositivo histórico sugere a presença dos seguintes elementos: “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (...) o dito e o não-dito são elementos do dispositivo”. (FOUCAULT, 1993, p.244 apud LOURO, 2000, p. 9)

O corpo constitui a referência da identidade. É comum que as pessoas esperem que o corpo identifique a identidade. É possível uma dedução de uma identidade de gênero, sexual ou étnica ao observarmos um “corpo”, todavia, esse processo pode ser falho muitas vezes, uma vez que os corpos são constituídos e significados pela cultura e essa modifica ao longo dos tempos. Além disso, pode acontecer que os desejos experimentados por um sujeito estejam em desacordo com a aparência de seu corpo. Os corpos não são tão evidentes e nem as identidades estão atreladas diretamente aos elementos visualizados nos corpos. (LOURO, 2000)

Desde o nascimento iniciamos um grande investimento em nossos corpos. A construção do corpo se dá por vários critérios, sejam eles estéticos, morais, de higiene ou simplesmente para adequação a algum grupo. Todas as imposições que fazemos ao corpo são significadas culturalmente e atribuídas a homens ou mulheres. Desse modo, desde a infância estamos inscrevemos marcas de identidades e de diferenciação aos corpos. Somos treinados a identificar essas marcas desde a infância e aprender visualizar os sujeitos e classificá-los pelas maneiras como eles se apresentam corporalmente, pelos gestos, comportamentos e expressões. (LOURO, 2000)

2.2. Questões de gênero na contemporaneidade

Nos últimos dez anos as mulheres adquiriram visibilidade na estrutura do poder. Em contrapartida, aumentaram significativamente os distúrbios alimentares, as cirurgias plásticas com fins estéticos e as despesas com o consumo. A chamada “ditadura da estética insuflada pela propaganda”, tornou-se prioridade e objetivo a ser conquistado a qualquer custo pela maioria das mulheres. (MISKOLCI, 2010, p.68). Contudo, isso só se tornou possível nos últimos anos, pois o perfil de doméstica e cuidadora do lar foi substituído pelo perfil de mulheres poderosas, com reconhecimento legal e com maior atuação no campo de trabalho, consequentemente com maiores condições financeiras de cuidarem do corpo. (WOLF, 1992)

A mídia reforça a ideia de um mundo ideal e cheio de possibilidades, mas “ao invés de questionar, informa quem você é, o que pode ser e quem você gostaria de ser”, organização essa que unifica os modos de ser e marca as diferenças entre os sujeitos. (MISKOLCI, 2010, p. 71). Nesta perspectiva, podemos enfatizar a normatização de comportamentos relacionados a ideais de beleza, discutidos e apresentados pela mídia, principalmente quando o assunto é o corpo feminino. Por meio das mais diversas propagandas, características como pele jovem, clara e corpos bem definidos são apresentadas como definições de feminilidade. (MISKOLCI, 2010)

As intervenções e os cuidados contra a degradação ou reconstrução do corpo trouxeram a valorização de determinados corpos em detrimento a outros. Aqueles que são ditos ideais estão na mídia o tempo todo com o objetivo de normatizar pensamentos e comportamentos em relação a um modelo a ser seguido. Os conceitos de beleza divulgados pela mídia nem sempre são compreendidos de forma positiva. Transtornos alimentares, obsessão com o físico, pânico de envelhecer, vergonha do próprio corpo, baixa autoestima, bem como outros transtornos podem surgir e estar atrelados às imposições ditadas pela mídia. (WOLF, 1992)

A internet, os programas de TV, os filmes infantis, os desenhos animados, as novelas e os materiais pedagógicos são importantes na construção social da criança e na constituição de crenças de jovens e adultos, uma vez que veiculam imagens e ações que reafirmam convenções. Mesmo que sutilmente, essas imagens sugerem condutas morais e a identificação de sujeitos por meio de atributos que reforçam sua masculinidade ou feminilidade. (MISKOLCI, 2010)

Os corpos femininos na publicidade são exibidos como “patrimônio”, um capital cultural que supera a inteligência e a competência, atributos vinculados ao homem. A mídia ainda enfatiza a proteção e o provedor como características de masculinidade. São exibidas também a identificação do homem com o trabalho, suas conquistas econômicas, sociais e sexuais. Ainda que as imagens dos homens estejam vinculadas a ideais de beleza, não é a beleza o atributo essencial da masculinidade. As imagens dos corpos masculinos remetem à preservação do corpo, enquanto as imagens dos corpos femininos remetem à ideia de exploração e visibilidade. (MISKOLCI, 2010)

A beleza é um capital na troca amorosa ou na conquista matrimonial. Uma troca desigual em que o homem se reserva o papel do sedutor ativo, enquanto sua parceira deve contentar-se em ser o objeto da sedução, embora seja bastante engenhosa em sua pretensa passividade. (...) As feias caem em desgraça, até que o século XX as resgate: todas as mulheres podem ser belas. É uma questão de maquiagem e de cosméticos, dizem as revistas femininas. De vestuário também, daí a importância da moda, que, num misto de prazer e tirania, transforma modelando aparências. (...) Em suma, ninguém tem o direito de ser feia. A estética é uma ética. (PERROT, 2015, p.50)

Por muitos anos as imagens de mulheres reforçadas pela mídia exibiam um cenário de domesticidade, mães cuidadosas, mulheres dedicadas, excelentes donas de casa. Atualmente, são exibidas mulheres no trabalho, nas ruas, nos bares, homens cuidando dos filhos, fazendo compras em supermercados e outras atividades ditas como femininas. Esse novo cenário começou a surgir a partir da década de 70. Mesmo com as visíveis transformações em relação a divisão de papéis, “as características atribuídas ao corpo sexuado parecem determinar quem é mais homem, quem é mais mulher”. (MISKOLCI, 2010, p.68)

Ao evocar as diferenças de gênero, a mídia parece ainda reforçar concepções que associam atributos de masculinidade e feminilidade ao sexo. Marcas corporais e condutas que geram ambiguidades, incertezas, em relação aos padrões hegemônicos tendem a ser afastadas e, ao negar/ocultar outras possibilidades, reafirmam convenções. (MISKOLCI, 2010, p. 72)

3. Gênero na internet

Os seres humanos criam e recriam significados por meio da articulação entre seu ambiente natural e social, conectando pensamentos, ideias e sentimentos a partir dos processos de comunicação. Os processos de comunicação em nossa sociedade foram facilitados pela tecnologia de comunicação (TI) que “amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança”. (CASTELLS, 2013, p.14)

Nos últimos anos, a mudança fundamental no domínio da comunicação foi a emergência do que chamei de autocomunicação – o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital. É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada. A comunicação de massa baseia-se em redes horizontais de comunicação interativa que, geralmente, são difíceis de controlar por parte de governos ou empresas. Além disso, a comunicação digital é multimodal e permite a referência constante a um hipertexto global de informações cujos componentes podem ser remixados pelo ator comunicativo segundo projetos de comunicação específicos. A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade. É por isso que os governos têm medo da internet, e é por isso que as grandes empresas têm com ela uma relação de amor e ódio, e tentam obter lucros com ela, ao mesmo tempo que limitam seu potencial de liberdade (por exemplo, controlando o compartilhamento de arquivos ou as redes com fonte aberta). (CASTELLS, 2013, p.p.15 e 16)

Com a transformação dos processos de comunicação surge uma sociedade *hipersocial*, onde as tecnologias estão presentes no cotidiano, conectando o mundo real ao virtual. Para os jovens contemporâneos as redes sociais compreendem a continuação de suas vidas *offline*. Os mundos reais e virtuais fundem-se ampliando perspectivas de novas interações, relacionamentos e comunicação. Novos conceitos são criados caracterizando as formas contemporâneas de sociabilidade e de noções de privacidade, constituindo assim mudanças expressivas em nosso funcionamento social e mental. (PORTO E SANTOS, 2014)

As tecnologias de informação permitem a construção e a disseminação dos mais variados tipos de informações. Essa construção é caracterizada pela diversidade de usuários que compartilham informações utilizando as redes de comunicação multimídia. Embora cada sujeito construa seu próprio significado diante das informações divulgadas, ainda podemos

afirmar que o processamento individual dessas informações é influenciado pelos ambientes de comunicação. Desse modo, todas as alterações advindas dos avanços tecnológicos de certa forma afetaram as normas de construção de significados das mais variadas temáticas e evidenciaram as relações de poder estabelecidas pelos meios de comunicação. (CASTELLS, 2013)

Os modos de ser e viver são reafirmados em várias instituições e organizações, como na família, na escola e nas Universidades. Atualmente verificamos que a mídia tem colaborado para reforçar concepções e torná-las percebidas como naturais, tradicionais e ideais. Por meio de livros, jornais, revistas, televisão, rádio ou internet expectativas são criadas nos sujeitos sugerindo comportamentos e condutas.

As mídias têm se tornado elementos constitutivos da identidade, pois favorecem os mecanismos de identificação com o outro, com novas ideias, enfim, com outras culturas. O uso das mídias tecnológicas permite ultrapassar as fronteiras culturais e sociais. Então, o mundo virtual permite que nos construamos em termos de forma, imagem, pensamentos, relações. (PORTO E SANTOS, 2014, p.329).

Nosso comportamento é influenciado pela mídia, que evoca as diferenças de sexo reforçando-as como concepções naturais, estáticas e fixas. Rael (2003, p.170) *apud* Miskolci (2010, p. 65) afirma que “vamos aprendendo a ser sujeitos generificados desde o momento em que nascemos e essa aprendizagem pode acontecer por meio da mídia, dos brinquedos, das músicas e dos desenhos animados que integram o universo infantil”

Os recursos midiáticos possibilitam o acesso à cultura, política, economia, esportes e o entretenimento. O compartilhamento dessas informações por meio da internet vem possibilitando grandes transformações. As questões de gênero estão ganhando espaço nesse cenário e chegaram ao *Facebook*, uma rede social virtual que possibilita a comunicação em rede e o compartilhamento de diversas informações.

As redes sociais digitais se caracterizam pelo constructo de grupamentos de sujeitos que produzem – e reproduzem – identidades para fins de associação e, também, afinidades – sejam culturais, econômicas, políticas, comerciais, filosóficas, ideológicas e religiosas no ambiente online. (PORTO E SANTOS, 2014, p.222).

Nos últimos anos as redes sociais *online* surgiram modificando sobretudo a forma como as pessoas se comunicam e trocam informações. Nesta perspectiva, os processos de interação e sociabilidade na contemporaneidade precisam ser compreendidos levando em consideração a observação das redes sociais *online* e a importância desses espaços para a disseminação de ideias, saberes, comportamentos e sentimentos. (PORTO E SANTOS, 2014)

As redes sociais, designadamente o *facebook*, têm vindo a constituir-se como um espaço alternativo, onde se fazem e reforçam amizades e que, como espaço social que são, dão igualmente lugar a processos de construção de identidade dos jovens. Atualmente, estar nas redes sociais constitui uma forma de gerir a própria identidade, estilo de vida e relações sociais. Quando um jovem faz comentários positivos sobre os seus amigos, está a favorecer a possibilidade de também os seus amigos fazerem comentários positivos sobre si próprio. Desta forma, entre outras, assiste-se nestas redes à co-construção de identidade, processo em que a relação com os pares assume particular relevância. (PORTO E SANTOS, 2014)

3.1. O *Facebook* como espaço de (re) produção de binarismos de gênero

O *Facebook*, uma rede social virtual, foi criado em 2004 por um grupo de universitários de Havard (Mark Zuckerberg, Dustin Moskovitz, Eduardo Saverin e Chris Hughes), que tinha por objetivo criar um espaço no qual as pessoas pudessem se encontrar, compartilhar opiniões e fotografias visando, a princípio criar uma rede de comunicação apenas para os estudantes da própria Universidade. Contudo, em poucos meses a rede aumentou significativamente entre as universidades americanas, conectando jovens de mais de 800 instituições. A popularidade da rede cresceu e em menos de um ano já tinha um milhão de utilizadores ativos. (PORTO E SANTOS, 2014)

No ano de 2005 a rede social virtual já ultrapassava as fronteiras americanas e em 2006, empresas e demais estudantes já podiam ter acesso a esta rede. Em setembro, o acesso à rede foi aberto a todos, com exceção aos menores de treze anos. No final de 2011, a rede social ultrapassou o Orkut, até então a maior rede do social do Brasil. Em dezembro de 2012 ultrapassou 1.060 milhões de utilizadores mensais ativos, sendo 680 milhões utilizadores que usam acesso móvel. Por dia, o número de utilizadores médio ativo, chega aos 618 milhões. Atualmente, podemos afirmar que o *Facebook* se configura como a maior rede social do mundo. (FACEBOOK, 2012, *apud* PORTO E SANTOS, 2014)

Ao abrir uma conta para conectar-se ao *Facebook* o usuário tem a possibilidade de procurar outros usuários que já estejam cadastrados e enviar-lhe um convite para que os mesmos possam fazer parte de sua rede de contatos como *amigos*. Há também a possibilidade de ligar-se a grupos de assuntos/movimentos relacionados as mais diversas temáticas, tornar-se fã de páginas de celebridades, clubes esportivos ou organizações, possibilitando assim a criação de uma rede de contatos de assuntos de interesses comuns dos usuários. (PORTO E SANTOS, 2014)

As formas de comunicação que são facultadas podem assumir a forma de mensagens privadas, ou públicas, através do mural, onde para além de texto é possível anexar fotos, clips de vídeo ou música. Estes posts podem ser comentados pelos “amigos”. Além destas funções, o facebook disponibiliza um calendário de aniversários, que emite alertas sobre os aniversários da lista de amigos, bem como um calendário de eventos, que informa sobre a data e local do mesmo, permitindo igualmente convidar os “amigos” para participarem no mesmo. Um conjunto de jogos constituem uma vertente específica de entretenimento nesta rede social, entre eles a Farmville, Mob wars, entre outros. De referir ainda a possibilidade de comunicação síncrona, através da troca de mensagens instantâneas usando a função de chat. (PORTO E SANTOS, 2014, p.p.30- 31)

Neste espaço utilizarei alguns recortes de comentários retirados de *posts* publicados em três páginas do *Facebook* que se autodenominam feministas com o objetivo de exemplificar como que apesar de tantas transformações e conquistas das mulheres ainda é possível verificar a produção e reprodução de binarismos de gênero impregnados em nossa sociedade e difundidos no *Facebook*.

Para a preservação da identidade dos usuários, seus nomes bem como os nomes das páginas selecionadas não serão divulgados. Utilizarei siglas para referenciar as páginas e a identificação dos perfis como masculinos ou femininos para referenciar os usuários dos comentários selecionados.

Foi feita a seleção de um *post* em cada página escolhida e, a partir da observação desses *posts*, foram escolhidos alguns comentários de usuários que seguem as páginas para uma reflexão quanto aos questionamentos difundidos neste espaço acerca dos assuntos.

A escolha dos *posts* em cada página se deu a partir da observação dos conteúdos abordados e a relevância dos mesmos quanto às discussões dos binarismos de gênero ainda presentes em nossa sociedade e discutidos no *Facebook*: o primeiro *post* selecionado está relacionado à ascensão profissional das mulheres, o segundo *post* quanto à dinâmica da opressão que leva a submissão e o terceiro, quanto aos direitos das mulheres ainda não permanentes e a importância de sua intensa vigilância.

O texto original dos comentários será mantido, logo, as divergências linguísticas que forem observadas estarão de acordo com a publicação dos usuários. O primeiro *post*, apresentado a seguir, faz referência a visibilidade da mulher no âmbito profissional.

Pela primeira vez na história, as mulheres correspondem a 50% da equipe de astronautas da NASA. E, se tudo der certo, algumas delas podem fazer parte da missão tripulada que a agência espacial americana pretende enviar para Marte em 2030.

Serão 56 milhões de quilômetros da Terra até Marte, uma viagem que durará pelo menos nove meses. Mas a missão é das grandes: com a recente

descoberta de evidências de água líquida no planeta vermelho, os astronautas serão responsáveis por colaborar com importantes estudos científicos. Por conta disso, os viajantes do espaço têm que estar nas melhores condições possíveis. No processo seletivo realizado pela NASA em 2015, algumas das exigências eram que os candidatos tivessem cidadania nos Estados Unidos; diploma nos campos de ciência, tecnologia, engenharia ou matemática; ter mais de três anos de experiência nessas áreas; condições físicas para participar dos treinos e, claro, paixão pela ciência. Fonte: Revista Galileu. (Página 1 – B.F -Post em 14 de janeiro de 2016)

Comentário 1: (Perfil masculino) E ninguém reclamou que nenhuma delas é negra? Ou lésbica, ou trans, ou deficiente, ou sei lá o que mais que vocês, desocupadas tanto reclamam. (Página 1 – B.F –Comentário publicado em 14 de janeiro de 2016)

Neste *post* publicado na página 1 podemos destacar a ascendência profissional das mulheres e um grande exemplo de suas conquistas ao longo dos anos. A posição que a mulher ocupa hoje em nossa sociedade, apesar dos grandes avanços em relação a sua visibilidade, ainda é de inferioridade em relação à posição ocupada por homens. Na Grécia, a mulher ocupava posição semelhante à de escravos, tendo que submeter-se a trabalhos manuais e desvalorizados pelos homens livres. Em Atenas, ser livre era não ser mulher. Além da função primordial das mulheres que era a reprodução humana, elas tinham que cuidar dos filhos e produzir o que era diretamente ligado a subsistência do homem, como tecelagem, alimentação e fiação. (ALVES, 1981)

As identidades sociais da mulher e do homem são construídas através de papéis que a sociedade espera que as diferentes categorias de sexo cumpram. A sociedade delimita e reitera os campos em que homens e mulheres podem atuar bem como os comportamentos que os mesmos devem ter. A socialização dos filhos, o cuidado com a casa e a dinâmica do espaço doméstico ainda são atribuídos às mulheres. A sociedade naturaliza este processo atribuindo a ideia de o espaço doméstico ser atribuído à mulher em decorrência de sua capacidade de ser mãe. (SAFFIOTI, 1987)

Por muito tempo, as mulheres foram camponesas e trabalhavam na zona rural. No período que antecedia a Segunda Guerra Mundial, na França, essa era a condição de quase metade das mulheres e no mundo as camponesas eram a maioria. A vida dessas mulheres era regrada pela família e os ritmos do campo. Existia uma divisão de papéis, tarefas e espaços: para o homem o trabalho da terra e as transações do mercado e para a mulher a casa, a criação de animais, o cuidado com as hortaliças e com os filhos. (PERROT, 2015)

Por influência do mercado, das comunicações, da industrialização e do êxodo rural, a vida nos campos muda e conseqüentemente e das mulheres também. Com a saída do campo e

com a demanda de ter que ajudar os “homens” nessa trajetória, as mulheres passaram a aspirar uma vida melhor e mais livre. .

As mulheres passam a assumir outros trabalhos, perpassam o trabalho doméstico e o fazer de donas de casa e vão atuar como empregadas domésticas, operárias nas fábricas de costura e por fim começam a assumir as profissões do setor terciário, como vendedoras, secretárias, enfermeiras, professoras e até astronautas como visualizamos no *post* acima descrito. (PERROT, 2015)

Em fins do século XIX, as mulheres brasileiras incorporadas à produção social representavam uma parte significativa da força de trabalho empregada, ocupavam de forma cada vez mais crescente o trabalho na indústria, chegando a constituir a maioria da mão-de-obra empregada na indústria têxtil. Influenciadas pelas ideias anarquistas e socialistas trazidas pelos trabalhadores imigrantes espanhóis e italianos, já se podiam encontrar algumas mulheres incorporadas às lutas sindicais na defesa de melhores salários e condições de higiene e saúde no trabalho, além do combate às discriminações e abusos a que estavam submetidas por sua condição de gênero. (COSTA, 2005, p.p. 11 e 12)

Com o advento do Feminismo e o passar dos anos, as mulheres assumem comportamentos e posições sociais antes impensáveis. Os avanços e conquistas foram muitos, contudo, a divisão dos papéis e os ideais impregnados em nossa sociedade do que é de homem e o que é de mulher ainda dificultam para a inserção da mulher no mercado de trabalho com condições de igualdade.

No *post* acima mencionado foi possível observar no comentário selecionado mais uma das formas de discriminação em relação aos movimentos feministas e das conquistas das mulheres ao longo dos anos. O usuário, com um perfil masculino no *Facebook*, questiona o porquê que nenhuma das mulheres não havia lançado reclamação alguma quanto as vagas não serem a negras, lésbicas, trans., deficientes ou simplesmente outro questionamento, já que na visão dele as mulheres reclamam muito e são consideradas “desocupadas”. Ainda que o questionamento tenha sua legitimidade no que concerne à interseccionalidade (que, de fato, não pode e não deve ser ignorada), notamos que o autor do comentário se utiliza dessa “falha” para desqualificar toda a questão.

No *post* escolhido na Página 2 observamos uma imagem e uma frase que objetivam destacar a dinâmica de opressão sofrida pelas mulheres em nossa sociedade ao longo dos anos e ainda presente nas relações contemporâneas. O *post* sinaliza a importância de observarmos a imposição dos papéis de gênero firmemente fixados em nossa sociedade.

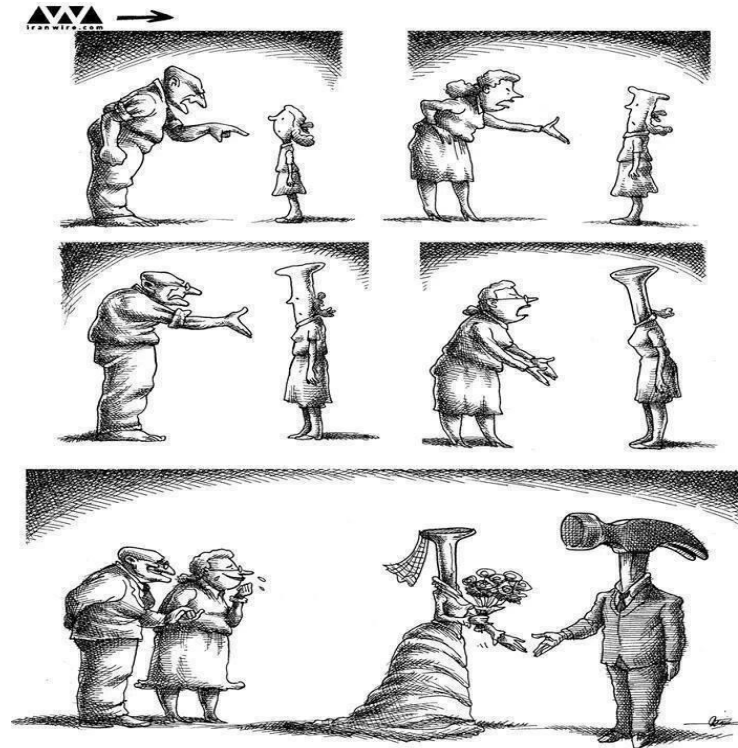


FIGURA 1

Dinâmica da opressão que leva a submissão.

Os papéis de gênero são firmemente fixados. A mulher num papel submisso e o homem num papel dominador.

(Página 2 - F S D – Post em 25 de janeiro de 2016)

Comentário 1 (Perfil masculino): HOMEM, sempre será o "Homem da casa" e "macho alpha" porém sempre mantendo respeito ao sexo oposto!

Comentário 2 (Perfil masculino): Se chama síndrome de Feminazi, ela ataca mulheres de idade entre 19 á 40 anos de idade. Existem dois tipos de vítimas. O primeiro tipo geralmente fracassou na dieta e não arranhou homem e por conta disso quer destruir a sociedade patriarcal e opressora. O segundo tipo são as mulheres de meia idade que não conseguiram se casar, são de humanas, vivem sozinhas com gatos e bebidas e por conta da sua amargura também quer destruir a sociedade patriarcal opressora.

Comentário 3 (Perfil feminino): As mulheres são educadas por suas famílias para serem submissas, sob o pretexto de encontrarem sua cara metade. Triste realidade...

Comentário 4 (Perfil feminino): Concordo que não devemos ser submissas! Devemos lembrar também que os tempos mudaram muito e agora é talvez ao inverso... conheço muitas mulheres incríveis que acabam sustentando o marido e os filhos! E ressaltando, mulher que é mulher conseguiu tudo que quer basta usar a cabeça!

Percebe-se nos comentários acima que a divisão dos papéis de gênero socialmente construída em nossas relações ainda existe e mobiliza grandes discussões. “A concepção que atravessou grande parte dos Estudos Feministas foi (e talvez ainda seja) a de um homem

dominante versus uma mulher dominada — como se essa fosse uma fórmula única, fixa e permanente”. (LOURO, 1997, p.37)

Por muito tempo as mulheres foram menos vistas que os homens no espaço público. Muitas delas, atuavam (algumas atuam até hoje) apenas em famílias, confinadas em casas, ou no que serviam de casa. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres ainda é garantia de uma cidade tranquila. Há algumas regiões que até o corpo da mulher amedronta, e é preferível que o mesmo esteja coberto por véus. (PERROT, 2015)

Embora tantas discussões mencionarem as condições de inferioridade da mulher, não há qualquer fundamentação científica que comprove a questão ideológica da "inferioridade" feminina. O homem é considerado fisicamente mais forte que a mulher, contudo, essa regra possui exceções, visto que há mulheres de maior força física que homens. Essa diferenciação embora simplista pode ser compreendida como um dos elementos motivadores de discriminação. A inferioridade da mulher não poder ser decretada pelo simples fato de sua força física. Se voltarmos à história, observamos relatos relacionados às situações de guerra onde os homens são destinados ao combate e as mulheres assumem todas as funções masculinas, somadas aos cuidados da casa e dos filhos, tornando capazes de substituir os homens em suas funções. Nos últimos anos, foi possível perceber a inserção de mulheres em exércitos convencionais e atividades bélicas. (SAFFIOTI, 1987)

Outro argumento utilizado para ressaltar a ideia de que as mulheres são inferiores aos homens é a questão da inteligência. Esse argumento foi contestado pela Ciência que demonstrou que a inteligência constitui um potencial desenvolvido de acordo com o grau de estimulação que um sujeito recebe. Assim, o ambiente onde as pessoas nascem, crescem e se desenvolvem está diretamente ligado ao potencial de inteligência construído. Atrelado a esse argumento, o fato de haver poucas mulheres dentre os grandes cientistas, artistas, escritores, tenta provar também que a mulher é inferior ao homem. (SAFFIOTI, 1987) Os adeptos dessa ideologia “esquecem-se de medir as oportunidades que foram oferecidas, ou melhor, negadas as mulheres. Ao se atribuir a elas a responsabilidade praticamente exclusiva pela prole e pela casa, já se lhes está reduzindo as probabilidades de desenvolvimento de outras potencialidades de que são portadoras”. (SAFFIOTI, 1987, p. 14)

No comentário 1, o usuário (perfil masculino) quando afirma que o “*Homem sempre será o homem da casa*”, corrobora a ideia da matriz heterossexual, que atribui características, gestos e ações próprias de cada gênero. Neste comentário, o usuário pressupõe a ideia dos papéis bem definidos, sem ideais de igualdade e partilha entre os gêneros. Já no comentário 4 o usuário (perfil feminino) concorda que as mulheres não devem ser submissas e comenta que

os tempos mudaram, destacando o fato de estar visualizando hoje o inverso, ou seja, mulheres que sustentam a casa, o marido e os filhos. Nesta perspectiva, Saffioti (1987) sugere que

(...) a igualdade de oportunidades pressupõe a partilha de responsabilidades por homens e mulheres, em qualquer campo de atividade, aí incluso o espaço doméstico. Não se trata de ensinar os homens a auxiliarem a mulher no cuidado com os filhos e a casa, pois sempre que a atividade de alguém se configurar como ajuda, a responsabilidade é do outro. Trata-se de partilhar a vida doméstica, assim como o lazer e as atividades garantidoras do sustento da família. Nada mais injusto do que tentar disfarçar a dominação dos homens sobre as mulheres através da "ajuda" que os primeiros podem oferecer as últimas. (SAFFIOTI, 1987, p.15)

No comentário 2, o usuário (perfil masculino) levanta críticas relacionadas ao fato de algumas mulheres só aderirem às ideias dos movimentos feministas por não conseguirem relacionamentos estáveis. O usuário acredita que o simples fato de algumas mulheres não se relacionarem é motivo de lutarem pela destruição da sociedade patriarcal e opressora.

Expectativas distintas acerca das concepções binárias de gênero já começam a fazer parte de nossas vidas desde o nosso nascimento. Se uma mulher está grávida, logo já se inicia os discursos em torno do bebê, se vai ser menino ou menina. Se for menino, o enxoval deverá ser azul e caso seja menina tudo será rosa.

Os processos de inscrição das marcas de identidade e diferenciação dos corpos atribuindo-lhe características femininas para as meninas e masculinas para os meninos estão presentes desde os primeiros anos de vida. As meninas devem usar vestidos, brincar de bonecas, usar cor-de-rosa, já os meninos devem usar boné, jogar bola e utilizar a cor azul em suas vestimentas. Esses são apenas alguns exemplos das primeiras inscrições recebidas pelos sujeitos com o objetivo de classificá-los quanto ao gênero. “Ao nascer, a criança é identificada em um mundo de cores e códigos, formas de linguagem que definem tipos hegemônicos de masculinidade e feminilidade”. (MISKOLCI, 2010, p. 66)

No comentário 3, o usuário (perfil feminino) afirma que as mulheres são educadas para serem submissas. Desde a infância, são realizadas imposições às mulheres, no sentido de eliminar qualquer tendência que fuja das características então ditas femininas. A mulher deve ser dócil, passiva e jamais agressiva. Se ela deseja se relacionar, casar, ter filhos ela deve apresentar determinados comportamentos, esperados pela sociedade.

Caso ela seja mulher despachada, deve disfarçar esta qualidade, porquanto esta característica só é considerada positiva quando presente no homem. Mulher despachada corre o risco de ser tomada como mulher macho. Estes modelos - mulher passiva e homem ativo - são chamados estereótipos. Isto é uma espécie de molde que pretende enquadrar a todos, independentemente das particularidades de cada um. Quando se diz que "a mulher consegue tudo do marido se for habilidosa, se souber usar do jeitinho", na verdade, está se

afirmando que a mulher deve sempre ficar na sombra. Se for mais culta que o marido, deve calar-se em público, a fim de não humilhá-lo. Se tiver, porventura, um salário superior ao dele, deve manter o fato em segredo, pois seria inadmissível rebaixar o marido, que é, inclusive legalmente, o chefe da família. Se for segura de si e de suas convicções, deve fingir hesitação, de modo a deixar parecer que as decisões são tomadas por ele. Quando a mulher é deste tipo deve, seguindo o modelo que lhe é imposto, disfarçar suas qualidades, a fim de não entrar em competição com o marido e muito menos colocar em xeque a autoridade do chefe supremo do grupo familiar. Sempre que a mulher se anula para que o homem reine soberanamente (e o inverso, ainda que raríssimo, e igualmente verdadeiro), o casal não apresenta condições de propiciar aos filhos o ambiente do qual as crianças necessitam para alcançar um desenvolvimento harmônico. (SAFFIOTI, 1987, p.37)

No *post* da página 3 a frase de Simone de Beauvoir, postada por uma usuária da página também corrobora a ideia de que apesar de tantas conquistas e avanços quanto as políticas de direitos das mulheres, ainda caminhamos a passos lentos.

Simone de Beauvoir certa vez alertou: “nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”. Via T.S
(Página 3 – E D M – Post em 22 de fevereiro de 2016)

Comentário 1: (Perfil feminino): E aqui onde moro, que só esse ano começou a funcionar um local para atender mulheres vítimas de violência, porque o Governo do estado está com uma campanha por causa do número crescente de feminicídio. Eu moro na Bahia.

Resposta ao comentário 1: (Perfil feminino): Aqui não tem ainda, e muito se vê de casos assim. Interior da Bahia.

Comentário 2: (Perfil feminino) Uma visão a séculos do seu tempo!!!!!!! E a tendência é piorar!!!!!!!

Comentário 3: (Perfil masculino): Me diz um direito q as mulheres não tem q os homens tem?

A definição de violência contra a mulher surgiu no Brasil na década de 80, momento em que militantes feministas atendiam mulheres que sofriam violências. “O conjunto de ideias que deu suporte e substância a essa expressão foi elaborado a partir de uma compreensão particular acerca da opressão sofrida pelas mulheres no âmbito do patriarcalismo – noção sintonizada com as discussões feministas em cenário internacional”. (DEBERT E GREGORI, 2008, p.166)

O movimento feminista trouxe à tona os conflitos e a violência percebidos entre homens e mulheres como resultados de uma relação de dominação. Essa interpretação não existia até a criação da Lei “Maria da penha”. Infelizmente “a questão da desigualdade de poder implicada nas diferenças marcadas pelo gênero, ainda que esteja sugerida na Constituição e no delineamento dessa lei, encontra imensas resistências nas práticas e nos saberes que compõem o campo da aplicação e efetividade das leis”. (DEBERT E GREGORI, 2008, p.166)

No comentário 1, o usuário (perfil feminino) confirma a necessidade de políticas públicas mais efetivas a fim de reduzirem a violência contra as mulheres em nosso país. Em resposta ao comentário, outro usuário (perfil feminino) menciona a mesma dificuldade para a obtenção de atendimento.

No comentário 2, o usuário (perfil feminino) reitera a ideia de que os questionamentos acerca dos direitos das mulheres só aparecerem quando outros movimentos estão em discussão. Ainda assim, o usuário acredita que a tendência é a situação piorar. Já no comentário 3, o usuário (perfil masculino) questiona quais os direitos que as mulheres não têm que os homens têm.

É possível verificar por meio dos recortes apresentados a dificuldade de políticas de atenção às mulheres e a necessidade de uma constante vigilância para que esses direitos sejam respeitados. Torna-se relevante, portanto, acompanhar e discutir sobre a implementação de políticas de atenção às mulheres e a efetivação dessas para que os ideais de autonomia, igualdade e respeito à diversidade estejam sempre presentes em nossas relações.

4. Considerações Finais

São várias as possibilidades construídas e desconstruídas pela internet nos dias atuais, possibilidades essas que surgem provocando pensamentos e comportamentos fora desse contexto. Por meio da internet é possível acessar várias informações, trocar e vender produtos, dialogar com povos de diferentes culturas e aproximar das pessoas, todavia, esse ciberespaço pode se apresentar como um campo de normatização de crenças e ações, a fim de levar-nos a crer em modelos ideais de comportamento, beleza, vivências e outros estereótipos criados pela mídia. Política, economia, cultura, música, esportes e tantos outros assuntos são difundidos a partir desse universo em rede. Assim, as questões de gênero também surgem nesse contexto e corroboram os ideais normativos que estão impregnados em nossa sociedade

Os modos de ser e viver contemporâneos são reafirmados diariamente em várias instituições, organizações e atualmente pela internet, que tem colaborado para reforçar concepções e torná-las percebidas como naturais, tradicionais e ideais. Várias são as expectativas criadas nos sujeitos sugerindo comportamentos e condutas. A internet surge como um elemento de construção de identidades, uma vez que permite diversos mecanismos de identificação com o outro, novas ideias e novas culturas. (PORTO E SANTOS, 2014)

As transformações promovidas pelos avanços tecnológicos afetaram as normas de construção de significados das mais variadas temáticas e evidenciaram as relações de poder estabelecidas pelos meios de comunicação. (CASTELLS, 2013) A mudança mais significativa no processo da comunicação foi o surgimento da chamada autocomunicação, ou o uso da internet e das redes sem fio como meios de comunicação. É a também conhecida como comunicação de massa, pois processa mensagens de forma mais rápida e efetiva para muitos ao mesmo tempo e tem a possibilidade de alcançar múltiplos receptores. A comunicação é baseada em redes horizontais que são difíceis de serem controladas por parte de governos ou empresas. A autocomunicação de massa permite a construção do ator social, seja coletivo ou individual. (CASTELLS, 2013)

Os meios de comunicação de massa, como a internet de forma geral e as redes sociais surgem como suportes de grande importância e abrangência para a discussão das temáticas de gênero que direcionam e naturalizam a presença dos binarismos de gênero. Desse modo, torna-se necessário “fugir das armadilhas impostas pelas normas e convenções sociais, por toda uma prática social e uma produção cultural que direcionam e relacionam o feminismo e o gênero sem o entendimento da liberdade dos corpos”. (BERNARDES, 2014, p.12)

Os binarismos de gênero marcados pela matriz heterossexual ainda estão presentes em nossa sociedade, sendo produzidos e reproduzidos nos mais diversos tipos de relações. Expectativas distintas acerca das concepções binárias de gênero ganharam espaço na internet, chegando ao *Facebook*, a maior rede social do mundo. As redes sociais, como o *facebook*, são consideradas espaços alternativos, onde são construídas e reforçadas amizades e construída a identidade dos jovens. (PORTO E SANTOS, 2014)

Percebe-se que o *Facebook* tem sido um espaço de grande importância e a abrangência para as discussões acerca da visibilidade das mulheres em nossa sociedade como também das formas de opressão ainda existentes. A rede social virtual configura um espaço de produção e reprodução dos binarismos, uma vez que por meio dos *posts* e comentários apresentados foi possível perceber a dificuldade ainda permanente de elaboração de políticas públicas efetivas de atenção às mulheres, as formas de submissão e opressão ainda persistentes em nossa cultura e a dificuldade de inserção da mulher no mercado de trabalho com condições de igualdade.

Problematizar as questões de gênero reforçadas pelos suportes midiáticos ainda é um grande desafio. Torna-se necessário reflexões quanto a abrangência e a importância do *Facebook*, como uma rede social virtual que possibilita a reafirmação de ideias e pensamentos. É preciso reconhecer esse espaço social como um campo de discussões, de novos modos de pensar e repensar as questões de gênero e não simplesmente como mais um marcador normativo das diferenças entre os gêneros.

5. Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ARAÚJO, Jair Bueno de. **A desconstrução dos processos identitários dos gêneros sexuais em Judith Butler**. Revista Multidisciplinar da Uniesp. Saber Acadêmico – n ° 11 - Jun. 2011/ ISSN 1980-5950 .Disponível em: www.uniesp.edu.br/revista/revista11/pdf/artigos/03.pdf. Acesso em: 20 jun. 2015

BERNARDES, Márcia. **Uma reflexão inicial sobre feminismo na internet: gênero e corpo**. 4º Encontro de GTs- Comunicon, realizado nos dias 08, 09 e 10 de outubro de 2014. Universidade do Vale do Rio dos Sinos

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**; Trad. Renato Aguiar. – 2º ed. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2008.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção política**. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf>. Acesso em 27 de fevereiro de 2016.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. **Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas**. Revista brasileira de Ciências Sociais. São Paulo , v. 23, n. 66, fev. 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **O corpo educado: Pedagogias da Sexualidade**. 2ª Edição. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

MAYORGA, Cláudia. **O feminismo e as lutas pelos direitos sexuais**. Núcleo de Psicologia Política/UFMG Maio 2008. Aula 1.

MISKOLCI, Richard (org). **Marcas da Diferença no Ensino Escolar**. São Carlos: EdUFSCAR, 2010.

MONTE, Izadora Xavier do. **O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais**. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100004. Acesso em 13 de março de 2016.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. 2.ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36., p. 15-23, jun. 2010.

PÖTTKER, Érico Sartori. **Gênero, sexualidade e educação: em torno da normalização**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2001.

PORTO, C., e SANTOS, E., orgs. **Facebook e educação: publicar, curtir, compartilhar**. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 445 p.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna LTDA, 1988.

SCOTT, J.W. **Prefácio a Gender and Politics of History**. Cadernos Pagu, n.3, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, 1994. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/pt-br/cadernos-pagu>. Acesso em: 20 jun.2015.

_____. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

TONELI, MJF. **Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate**. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. Diálogos em psicologia social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 147-167. Disponível em <http://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-12.pdf>. Acesso em: 13 de março de 2016.